

5.º

**congresso
do
algarve**

1988

20-23jan.



- Uma visão do passado numa perspectiva de futuro

José Carlos Vilhena Mesquita

Integrado no contexto do património algarvio, o "Jardim de Estoi" - designação pela qual é vulgarmente conhecido - facilmente se poderia considerar como a peça mais destacável de todo o espólio arquitectónico da região, muito embora lhe pudessemos contrapor os imponentes exemplares do nosso património militar e religioso, verdadeiros baluartes de um passado incomparavelmente brilhante.

Com efeito, nos domínios da arquitectura civil bem se poderá afirmar que o Algarve é das regiões mais carenciadas do país. Talvez por isso o "Jardim de Estoi" seja hoje considerado como a mais reluzente jóia arquitectónica do oitocentismo algarvio, período visivelmente marcado por um ascendente económico resultante do incremento das pescas e do desenvolvimento da produção agrícola, facilitados pelo escoamento da comunicabilidade marítima com a capital e o estrangeiro. A malha urbanística tecida após o Terramoto de 1755 e o conseqüente embelezamento imobiliário, retrata o aburguesamento de uma elite oligárquica, cuja permeabilidade ao ideário liberal acabaria por afastar para as terras do interior e relegar para plano secundário os resquícios da velha e decrépita nobreza senhorial algarvia. Repare-se que o Palácio de Estoi vai ser uma das vítimas dessa mudança socio-política, apenas visível a partir do falecimento do seu mais antigo e nobre proprietário, que na falta de descendentes testamentou a venda do imóvel. As dificuldades económicas suscitadas pela nova ordem social motivaram a transacção das grandes propriedades agrícolas, traduzindo-se, deste modo, o canto do cisne da secular fidalguia de província.

Primitivos locatários e seus sucesores

Uma das questões que primacialmente se nos colocam prende-se com a instituição do Morgado de Estoi. Quem o instituiu, em que ano e a quem pertenceriam outrora aquelas terras? Sinceramente ainda não obtivemos, até ao momento, uma resposta concreta e indubitável para estas questões. Contudo, sempre adiantaremos algumas hipóteses. Em primeiro lugar, suponho que a constituição do morgado deverá ter início durante o reinado de D. José

I, entre 1750 e 1777, altura em que se constata o ascendente político-económico da família Carvalhal, seus primitivos locatários. Por outro lado, tudo leva a crer que as terras de Estoi terão caído por direito de herança na família Neto, que nesta província se radicou em Tavira através de Baltazar Rodrigues Neto, Cavaleiro da Ordem de Cristo, cujo bisneto Fernando José de Siabra Neto, filho do Capitão-Mór de Faro Baltazar Rodrigues Neto de Siabra, era o pai daquele que julgo ter sido o fundador do morgado de Estoi, Francisco José Moreira Pereira de Carvalhal Vasconcellos Brito Osório Batávias de Pereira Coutinho, que foi casado com D. Rita Efigênia de Lima Botado, ao tempo Açafata da Rainha D. Maria I, cuja residência ainda existe na Rua de Santo António desta cidade, vulgarmente designado por "Palácio das Açafatas".

O fundador do Morgado de Estoi assentou praça de cadete no Regimento de Faro, sob o comando do Cor. Jacques Fillipe de Landerset, foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e promovido, após a morte de seu pai, ao posto de Marechal de Campo, tendo então como principal rendimento o morgado de Lagos. Desta nobre união nasceram 16 filhos e presumo que, daqueles, quem primeiro herdou o Palácio de Estoi foi o primogénito, Fernando Moreira do Carvalhal, que à morte o legou a seu irmão Luis Filipe, o quinto da numerosa prole, sendo o seu último detentor José Maria Pereira do Carvalhal, igualmente irmão dos anteriores, e 11º filho do casal, nascido a 11-5-1792. Este último por não ter deixado herdeiros directos testemunhou o usufruto do morgado a suas irmãs, D. Maria da Encarnação e D. Maria Francisca, ambas solteiras, o qual, após o desaparecimento destas, deveria ser vendido e o seu produto distribuído pelos pobres e alguns amigos, cujas identidades e respectivos legados deixou pormenorizadamente exarados. No citado testamento podem ler-se duas passagens altamente elucidativas e corroboradoras das suposições por nós aventadas. Assim, ali se afirma a dado momento: "Deixo a minhas irmãs (...) o usufruto de todos os bens que foram vinculados pelos nossos avós e de que eu fui o ultimo administrador". Daqui se infere que quem instituiu o Morgado de Estoi foram os seus avós, precisamente Fernando José de Siabra Neto (Mestre de Campo do terço Auxiliar da Comarca de Faro e Tavira) e sua prima D. Marianna Victória de Brito e Castanheda, neta de António Moreira de Barbudo Batávias, Coronel e Governador de Vila Nova de Portimão. Deste modo parece ter ficado resolvido o primeiro problema, relativo à constituição do referido morgado. Todavia, mais adiante determina o mesmo testamento: "Deixo ao sr. Joaquim Teófilo Gomes Pereira e ao sr. Beneficiado Elias José Aleixo, em partes iguais as minhas casas grandes da Rua de Santo António do Alto nº20 da cidade de Faro", o que vem confirmar que o "Palácio das Açafatas" lhe pertencia por herança da mãe, apesar do braço esculpido na frontaria do mesmo não ser

idêntico ao que figura no Palácio de Estoi, o que não é de estranhar visto se tratarem de famílias com anteriores raízes distintas. E se isto quisemos deixar claro foi porque de há alguns anos a esta parte se tem posto em causa a relação de parentesco e a posse do "Palácio das Açafatas" com a família Carvalho.

Em hasta pública foi o imóvel arrematado por José Martins Caiado, João Pires e D.Maria do Carmo Mascarenhas, os quais não puderam evitar a degradação acelerada daquela magnífica propriedade. Conhecedor da lamentável delapidação a que se achava votado o mais imponente edifício da sua terra-natal, prontificou-se o sr. José Francisco da Silva, farmacêutico e abastado proprietário em Beja, a adquirir o "Jardim" pela significativa quantia de 5446\$23,4 réis. Iniciaram-se os trabalhos de restauro por volta de 1893, sob a direcção do architecto José Francisco da Silva Meira, dando-se por concluídos em Abril de 1909, com a particularidade de neles se terem dispendido 109555\$85,9 réis, o que para a época, era uma cifra verdadeiramente exorbitante. Em reconhecimento do serviço prestado à sua terra e na salvaguarda de um património architectónico ímpar para o Algarve, determinou El-Rei D. Carlos I, por decreto de 4-1-1906, a outorga do título de Visconde de Estoi ao sr. José Francisco da Silva, então Governador Civil de Beja na vigência de um governo progressista liderado pelo seu amigo e correlegionário José Luciano de Castro.

A inauguração do "Jardim" fez-se com toda a pompa e circunstância, sob o beneplácito das autoridades civis e religiosas da cidade de Faro, cujos festejos decorreram entre os dias 1 e 3 de Maio de 1909. Houve procissão, sermão, distribuição de bodos aos pobres, música filarmónica, cortejos, iluminação noturna e fogo de artifício da autoria de um pirotécnico de Viana do Castelo.

O Visconde de Estoi viria a falecer com 86 anos de idade em 1926, solteiro e sem geração. Por incrível que pareça imitou o gesto dos antecessores proprietários do Palácio, testamentando a sua venda em favor dos mais necessitados habitantes da sua aldeia. A transacção do requintado imóvel recaiu na posse da sua prima e afilhada D.Ana Zeferino, esposa do sr. João de Brito e Melo. Deste casamento nasceu uma única filha herdeira, D.Maria do Carmo Melo Assis Machado, que haveria de casar com o sr. António Duarte Assis Machado, a cuja filha, D.Maria da Luz Melo Assis Machado, esposa do sr. António Bicker Correia Costa, legou a posse do Palácio. As circunstâncias da vida levaram os últimos herdeiros para fora da região ficando aquela residência no mais confrangedor abandono.

É muito difícil, no espaço de que dispomos, fazer uma completa descrição do valor artístico do Palácio de Estoi. Dificuldades essas acrescidas pelo seu actual estado de ruína, que em muito inviabiliza a esplendorosa imagem do seu passado.

O acesso ao imóvel faz-se por uma interessante alameda, ao longo da qual se nos deparam alguns trabalhos saídos da paleta de Domingos António da Silva Meira, entrecortadas pela alvenaria dos irmãos José e Joaquim Aleixo e pelas cantarias do mestre José Lopes e de José Maria Paulino Fernandes, que sustentam os fêrreos rendilhados do serralheiro Joaquim José da Fonseca. Ao longo deste arruamento perfilam-se os austeros bustos de homens de letras, como Castilho, Bocage e Garret, ao lado da esfinge do Marquês de Pombal, os quais perdem toda a graça quando comparados com duas magníficas estátuas, destinadas à iluminação, esculpidas na oficina florentina de Ferdinand Fabri et Figlio. Segue-se o primeiro patamar, constituído por uma interessante portada à qual se sobrepõe o braço da família Carvalhal. Trata-se de uma pequena estufa fria focalizada no grupo escultórico das "Três Graças", imitando o modelo renascentista do nascimento de Vênus, cuja autoria pertence à Galeria Androny de Pisa. As paredes estão forradas de mosaicos genoveses, assinados por Marches Andrea.

No piso imediato, depara-se-nos um belo lago, cercado por elegante balaustrada, ao centro do qual figura uma composição escultórica, em mármore de Carrara, vulgarmente designada por "Fonte de Ossónoba". Na sua retaguarda, recortam a muralha que sustenta o piso superior três portais de volta perfeita, que abrem para um esplendoroso presépio, lavrado com impressionante minúcia pelo barrista José Pedro da Cruz Leiria. Ladeando este pavilhão encontram-se dois recantos de introdução à escadaria, revestidos de azulejos policromos de rara beleza, sobre os quais se incrustaram baixos relevos, representando um o amanhecer e, o outro, o anoitecer.

Chegados ao último piso confrontamo-nos com a imponência do Palácio, cuja traça e decoração evidenciam fortes influências do barroquismo italiano. Nas suas extremidades introdutórias vêem-se dois mirantes decorados com pinturas bucólicas, assinadas por Francisco Sousa Alves, em cujos tectos se deslumbram paisagens supostamente suíças. No pátio do Palácio observam-se belíssimos painéis de azulejos azuis e brancos da autoria de José Maria Pereira Junior, encimesmados por vários bustos de personalidades ilustres das letras, da política e da história, como é o caso de Camões, Vasco da Gama, Milton, Bismark e Moltke, ao lado de divindades míticas como Jupiter, Vênus e Diana, o que de algum modo poderá traduzir o perfil cultural do seu primitivo locatário. Encostadas à parede central da residência vêem-se duas estátuas esculpidas em mármore de Carrara pelo escopro

de Lois Samain, datados do ano de 1800, as quais apesar de representarem simples pastores piemonteses, denotam no contorno realista do traço uma beleza artística verdadeiramente invulgar.

O acesso ao Palácio faz-se por duas escadas de ferro bastante modestas e nada condizentes com a majestosidade do imóvel. Reparte-se a residência por 28 salas, sendo de todas a mais bela o Salão Nobre, em estilo Luis XV, sendo as pinturas em tela do tecto e das janelas da autoria de Adolfo Greno, que ombreiam com outras pequenas telas de José Maria Pereira Junior; os dourados no estuque são de Manuel da Costa e o mobiliário foi adquirido na empresa Manuel Marino e Cp^a, cujos laqueados foram executados por Domingos Costa. Segue-se a Sala de Jantar, decorada por José Maria Pereira Jr., autor das pinturas do tecto, ali se encontrando ainda alguns móveis de nogueira, entalhados ao gosto italiano. Daqui passa-se à Sala de Visitas, em estilo Luis XV, com um belo tecto assinado por Domingos Costa, igualmente com alguns resquícios do mobiliário adquirido à firma Manuel Marino. Duas pequenas Saletas, cujos tectos ostentam telas da pintora napolitana Maria Barreta, completam aquilo a que podemos considerar digno duma visita atenta.

Finalmente a Capela, de paredes revestidas de belos azulejos, possuía no altar-mór um precioso quadro da Sagrada Família, datado de 1755 e assinado por S.S.Ferreira da Academia das Belas Artes de Madrid, o qual foi recentemente roubado. Possui mais dois altares laterais e o tecto foi decorado com o tema da Ascensão de Cristo, da autoria de Francisco Luis Alves. No flanco direito da Capela acha-se o Jardim do Carrascal, outrora decorado por algumas estátuas já hoje inexistentes.

Aproveitamento e utilidade futura

Por tudo quanto ficou dito, parece-nos que ficou ressaltada a importância do Palácio de Estoi no contexto do património algarvio. De igual modo, julgamos que não restam dúvidas no tocante à sua urgente aquisição por parte do IPPC, evitando-se assim que a sua transacção caia fora da esfera do Estado e dos inalienáveis interesses da Cultura, em favor de entidades estrangeiras já manifestamente declaradas como potenciais adquirentes. Todavia, em qualquer das circunstâncias, quem comprar o Palácio de Estoi deverá fazer ressuscitar fielmente o seu esplendor de outrora, sem alterar o mais pequeno pormenor.

Depois do seu restauro poder-se-à repensar as várias alternativas que se oferecem ao seu ulterior aproveitamento. Efectivamente já se tem alvitrado algumas sugestões, nomeadamente a de ali se instalar um Museu da História do Algarve, repartido por várias secções interdisciplinares

e alicerçado numa biblioteca especializada. É claro que esta solução exige um grande empenhamento das autoridades locais, para além de que teria de se corrigir os itinerários turísticos, por forma a canalizar aqueles que nos visitam para a aldeia de Estoi.

Fala-se ainda na hipótese de transformar o Palácio em mais uma das pousadas nacionais que se espalham pelo país fora. Mas se assim for porque não convertê-lo numa Estalagem dos Artistas e Homens de Letras, destinado a receber, a preços acessíveis, os intelectuais mais carenciados, fomentando-se assim o convívio entre personalidades cujos valores e interesses seriam a priori semelhantes: a Cultura.

Por outro lado, sabendo-se da falta de instalações para a sempre crescente Universidade do Algarve, não seria descabido pensar-se pelo menos no aproveitamento de uma parte do imóvel e dos terrenos agrícolas para aí se estabelecerem laboratórios de aclimatização e de investigação hortofrutícola. Entendemos mesmo que esta será uma das hipóteses mais favoráveis à região, visto tratar-se de uma forma de aproximação dos técnicos e dos cientistas para com os agricultores do barrocal e da serra algarvia. Em face das condições climatéricas e pedológicas da região, julgamos que a agricultura algarvia só teria a lucrar com a atracção da Universidade para a experimentação de novas espécies frutícolas de raiz tropical, às quais o mercado europeu se encontra plenamente receptivo.

Enfim, muitas mais hipóteses se poderiam aventar, pelo que julgamos ser ainda prematuro gizar um plano de aproveitamento daquela propriedade quando ainda nada se sabe relativamente á sua aquisição. Contudo, uma coisa é certa, o Palácio de Estoi não pode continuar nas circunstâncias em que se encontra. Alhearmo-nos deste problema é um crime imperdoável, pelo qual teremos que dar contas às gerações vindouras.